

BARBOSA, Aureliano Pinto

* dep. fed. RS 1897-1902.

Aureliano Pinto Barbosa nasceu em Itaqui (RS), filho do coronel Freitas Barbosa.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Era um entusiasta da causa republicana e, como tal, foi membro do Clube Republicano Acadêmico e do Clube 20 de Setembro, formado por gaúchos republicanos.

Ao regressar ao Rio Grande do Sul, passou a atuar como advogado em sua terra natal, integrou a campanha republicana que se espalhava por todo o país e agitou as últimas décadas da Monarquia no Brasil. Era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em fevereiro de 1882, ainda durante a Monarquia, por adeptos do regime republicano. O PRR defendia a eleição direta dos chefes dos executivos federal, estadual e municipal; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação, e o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e Estados. Estes últimos deveriam ser regidos por constituições e leis próprias e isentos da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado.

O órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense era o jornal *A Federação*, criado em janeiro de 1884 e que foi decisivo para o êxito da história do PRR. Afinal, os jornais eram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX. Vale destacar que a fundação de uma imprensa republicana ainda na vigência da Monarquia não era uma novidade no país, pois, desde o lançamento do Manifesto Republicano de 1870, começaram a surgir jornais que defendiam abertamente a mudança do regime político no Brasil. No entanto, estes jornais não estavam isentos de represálias do governo imperial.

O PRR seria extinto em 1937, juntamente com os demais partidos do país, após a implantação da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas. O partido governou o Rio Grande do Sul de 1882 a 1930, ininterruptamente. Seus maiores líderes foram Júlio de

Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou a Monarquia e proclamou a República, encerrando o período imperial no Brasil. Nesse mesmo dia foi instituído um Governo Provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Durante esse Governo Provisório, as Assembleias Provinciais foram fechadas. Em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da primeira Constituição republicana no país, Deodoro foi eleito para a presidência por um colégio eleitoral (formado por deputados federais e senadores), tornando-se o primeiro presidente eleito da República brasileira.

Ainda em 1891, já sob o novo regime político, Aureliano Barbosa foi eleito deputado à Assembleia Constituinte Estadual no Rio Grande do Sul, onde atuou até 1892. Vale destacar que o Partido Republicano Rio-Grandense, do qual era integrante, conseguiu eleger todos os 32 membros da Assembleia Constituinte gaúcha. No dia 14 de julho de 1891 foi promulgada a primeira Constituição republicana do Estado do Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos, líder do PRR, foi o responsável, quase que exclusivamente, pela elaboração da Constituição estadual, que estabeleceu a presença de um Poder Legislativo com poderes limitados a questões orçamentárias, ao mesmo tempo em que garantia um Poder Executivo forte. O presidente do Estado (cargo equivalente ao de governador) exerceria um mandato de cinco anos, estando garantido seu direito à reeleição contínua, desde que obtivesse 75% dos votos. Já o vice-presidente seria nomeado pelo presidente do Estado. Por esta Constituição estadual, a autoridade legal do governador equivalia à de um ditador, tal a concentração de poder no Executivo. A Assembleia Constituinte Estadual, ainda em 1891, elegeu Júlio de Castilhos para a presidência do Estado – o primeiro governador eleito no Rio Grande do Sul após a proclamação da República.

Com o fim da Constituinte estadual, a Assembleia transformou-se em Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, hegemonizada pelo PRR. Pelas atribuições reduzidas e pouco significado político, sobretudo frente à concentração de

poderes pelo Executivo estadual, a Assembleia dos Representantes foi alvo de severas críticas por parte dos opositores do Partido Republicano Rio-Grandense.

Em 1892, Aureliano Barbosa assumiu o cargo de vice-intendente municipal em Itaqui (RS), no qual permaneceu até 1896. A Constituição estadual do Rio Grande do Sul instituiu os Conselhos Municipais, cujos membros – que eram chamados de conselheiros e não vereadores, como na época da Monarquia e atualmente – eram eleitos por sufrágio direto, concomitantemente ao intendente municipal, para um mandato de quatro anos. As atribuições do Conselho Municipal estavam restritas à votação referente às questões orçamentárias e às leis tributárias. Durante o período em que atuou como vice-intendente de Itaqui, Aureliano Barbosa substituiu o intendente municipal, Felipe Nery de Aguiar, por diversas vezes.

De 1893 a 1895, Aureliano Barbosa participou do combate à chamada Revolução Federalista, que se constituiu numa guerra civil, desenvolvida no Rio Grande do Sul, oriunda da radicalização cada vez maior da luta pelo poder. A implantação da República acarretou profundas mudanças no comando político do Rio Grande do Sul e representou o afastamento do poder dos membros do recém-extinto e outrora poderoso Partido Liberal, chefiado por Gaspar Silveira Martins, que, por sua vez, fundou o Partido Federalista do Rio Grande do Sul em 1892. Com o advento do novo regime, o poder no Rio Grande do Sul ficou a cargo do Partido Republicano Rio-Grandense (liderado por Júlio de Castilhos), que, até então, não tinha poder ou expressão eleitoral. O radicalismo político de Júlio de Castilhos impediu a conciliação dos republicanos gaúchos com os liberais e a assimilação destes últimos na formação do novo governo. Desta forma, os liberais foram alijados dos cargos públicos que ocupavam em todos os municípios. Esmagados também nas eleições estaduais, os opositores do “castilhismo”, recorreram às armas.

A guerra civil assim se delineou: de um lado, os federalistas ou gasparistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, defendiam o federalismo, o regime parlamentarista e a revisão da Constituição do Rio Grande do Sul de 1891, escrita por Júlio de Castilhos. Os federalistas receberam a alcunha de *maragatos*, porque nas tropas de Gumercindo Saraiva,

um dos principais chefes federalistas, muitos procediam de San José, no Uruguai, com forte presença de originários da região espanhola da Maragatería. Usavam como distintivo um lenço vermelho no pescoço ou uma fita vermelha no chapéu. De outro, os republicanos ou castilhistas, liderados por Júlio de Castilhos, então presidente da província do Rio Grande do Sul (cargo equivalente ao de governador do Estado), defendiam um presidencialismo forte e centralizador, no estilo do presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894). Eram apelidados de *pica-paus*, por duas razões: porque as tropas do governo usavam um enfeite amarelo no chapéu, semelhante à crista da ave, e porque o barulho de suas armas parecia com o som de um pica-pau bicando a madeira.

O confronto ultrapassou as fronteiras gaúchas, estendendo-se a Santa Catarina, Paraná e até ao Uruguai. O presidente da República, Floriano Peixoto, e o Exército Nacional aliaram-se a Júlio de Castilho. Os federalistas, por sua vez, receberam o apoio de muitos oficiais que participaram da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, incluindo seu líder, Custódio de Melo, que se deslocaram para o Rio Grande do Sul. Aureliano Barbosa lutou ao lado das forças castilhistas, atuando na divisão legalista comandada pelo general Hipólito Ribeiro e ainda no comando do 11º Corpo Provisório da Guarda Nacional de Itaqui.

Durante os conflitos, predominou uma luta de guerrilhas, com práticas cruéis de ambos os lados, o que rendeu ao movimento a fama de “revolução da degola”. A luta fratricida contabilizou mais de 12 mil mortos.

O ímpeto das tropas federalistas diminuiu depois de seguidas derrotas e, sobretudo, após seu líder Gumerindo Saraiva morrer em combate. Somente em 1895, já com Prudente de Moraes (1894-1898) na presidência da República, chegou-se a um acordo de paz no Rio Grande do Sul, após a derrota das forças federalistas e a retomada do poder por Júlio de Castilhos, que detinha o apoio do governo federal. Em 19 de setembro de 1895, o governo federal concedeu anistia aos rebeldes do Rio Grande do Sul e da Armada Nacional.

Em 1894, Aureliano Barbosa foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense. Vale lembrar que, nessa época, os Estados

e o Distrito Federal eram divididos em distritos eleitorais. Exerceu seu mandato durante a segunda legislatura, de 22 de novembro de 1894 a 31 de dezembro de 1896. Durante essa legislatura, a Câmara dos Deputados Federais teve como presidentes Francisco de Assis Rosa e Silva (de 17 de maio de 1894 a 31 de dezembro de 1895) e Artur César Rios (de 19 de maio de 1896 até o fim da legislatura nesse mesmo ano).

Em 1897 foi reeleito deputado federal, sempre pelo Rio Grande do Sul, e exerceu seu mandato ao longo da terceira legislatura, de 3 de maio de 1897 a 31 de dezembro de 1899. Os presidentes da Câmara dos Deputados Federais, durante esta legislatura, foram Artur César Rios (de maio de 1897 a 1898) e Carlos Vaz de Melo (de maio de 1899 até o final da legislatura nesse mesmo ano). Já em 1900, Aureliano Barbosa foi, mais uma vez, reeleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e exerceu seu mandato durante a quarta legislatura, de 3 de maio de 1900 a 31 de dezembro de 1902. Durante essa legislatura, a presidência da Câmara dos Deputados Federais esteve a cargo de Carlos Vaz de Melo.

Após anos atuando na Câmara Federal, Aureliano Barbosa regressou à sua terra natal, onde foi eleito intendente municipal de Itaqui, cargo que exerceu de 1901 a 1904. No entanto, ainda em 1901, o então presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros (sucessor de Júlio de Castilhos), líder do Partido Republicano Rio-Grandense, assinou um decreto que alterava a lei orgânica do município de Itaqui, revogando as atribuições e competências do Conselho Municipal da cidade. Aureliano Barbosa, recém-eleito intendente municipal, passou a divergir abertamente de Borges de Medeiros e, em consequência disso, passou a sofrer perseguições políticas, que culminaram com um processo criminal, no qual foi condenado a seis meses de prisão por usurpação de função pública. Posteriormente, acabou sendo absolvido pelo Supremo Tribunal Federal.

Ao longo de sua vida, Aureliano Pinto Barbosa também atuou como jornalista e redator do jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense.

Faleceu em 31 de maio de 1914.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* . (v.1, 2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbete temático); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; ESCOBAR, W. *Apontamentos*; FLORES, H. *Revolução*; FLORES, M; FLORES, H. *Rio Grande do Sul*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Júlio*; MELO, L. *Subsídios*; PESAVENTO, S. *Assembleia*; REVERBEL, C. *Maragatos*; SOUSA, J. *Índice*; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios*; VELHO SOBRINHO, J. *Diccionario* (v.2); VIDAL, J. *República*.